

A pretexto de garantir a segurança no trabalho, o governo adota uma péssima e tradicional solução: aumentar os impostos.

Quando se fala em risco no trabalho, todos pensam usualmente em acidentes relacionados ao manuseio de máquinas pesadas ou materiais tóxicos. Há, porém, outro risco mais insidioso: aquele que se abate sobre quem gera os postos de trabalho. Esse risco sempre aumenta quando sobem os impostos. A praga tributária que infesta o Brasil intoxica todo e qualquer empreendimento e se alastra na forma de um cipal de siglas, alíquotas, incisos, caputs e normas complexas, mutantes e difíceis de entender - mas que, em geral, seguem um princípio bastante simples: mais dinheiro para o governo e menos emprego e riqueza para a sociedade.

A última manifestação dessa praga envolve três siglas: RAT (Risco de Acidente de Trabalho), SAT (Seguro Acidente de Trabalho) e FAP (Fator Acidentário Previdenciário). Entender o que essas siglas significam mesmo é um desafio até para os tributaristas mais experimentados. De modo bastante simplificado, elas representam a tentativa do governo de cobrar mais das empresas que oferecem mais risco de acidentes e doenças - uma cobrança que existe, com diversas mudanças, desde 1934. Na prática, até o ano passado, um tributo chamado SAT cobrava 1%, 2% ou 3% da folha bruta de salários de cada companhia, de acordo com aquilo que o governo julgava ser o nível de perigo oferecido aos trabalhadores por seu ramo de atividade - leve, médio ou grave. Em janeiro, começaram a vigorar mudanças nesse tributo, que resultam em cobranças já em fevereiro - e alguns passaram a chamá-lo simplesmente de RAT.

Por trás da mudança inócua de sigla, as alterações tiveram um efeito nada inócua. O pretexto do governo é cobrir os gastos do INSS com doenças e acidentes de trabalho. Eles cresceram 46% nos sete anos de governo Lula e somaram R\$ 12,3 bilhões em 2009. Nesse período, porém, a arrecadação do tributo já subiu 72%. Em 2010, as novas regras deverão drenar do caixa das empresas mais R\$ 2,35 bilhões, pelo menos 30% acima da arrecadação do ano passado, segundo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). "O RAT atende a um bom princípio: incentivar a empresa a investir mais na saúde e segurança", diz Ernesto Guedes, da consultoria Tendências, responsável por um estudo sobre o assunto divulgado na semana passada. "Mas não tem sentido tentar fechar essa conta arrecadando mais em cima de um grupo de empresas que gera grande parte dos empregos no país."

O Brasil tem legislação a respeito de segurança no trabalho desde 1919. Mas só na Constituição de 1988 foi instituído o conceito de que toda a sociedade, incluindo Estado e empresas, deve compartilhar a responsabilidade pelos riscos no trabalho. Teoricamente, os empregadores pagam o tributo para cumprir esse preceito. "Essa política é aplicada há mais de 30 anos em muitos países desenvolvidos para incutir a cultura da segurança no trabalho", diz Remígio Todeschini, diretor de políticas de saúde e segurança no trabalho do Ministério da Previdência.

O governo impôs duas grandes mudanças ao RAT/SAT. Primeiro, os setores empresariais foram reclassificados. Até fevereiro de 2007, eram carimbados como de "risco grave" - e pagavam alíquota máxima de 3% - 676 segmentos, ou pouco mais da metade. Esse universo caiu para 138 entre 2007 e 2009, mas, com as novas mudanças, voltou a subir para 730. Isso resulta em mais imposto para 73 mil empresas (leia o quadro na próxima página). Empresas pequenas e médias, com mais de 20 empregados, arcarão com elevação média de 34% na cobrança, segundo a Fiesp. "O resultado é o oposto do que diz o governo, que afirma não haver intenção de arrecadar mais", diz o estudo da Tendências.

Entre os beneficiados, há segmentos tidos como de alto risco que, de acordo com o governo, têm registrado menos doenças e acidentes de trabalho: coleta de resíduos perigosos, fabricação de arames e de laminados longos de aço. Entre os prejudicados, há ramos de atividade que poucos associariam a "risco grave": agências matrimoniais, locadoras de DVDs, lojas de cama, mesa e banho e escritórios de arquitetura, paisagismo e decoração. "O impacto para nós será alto, pois nosso principal ativo são as pessoas", diz Paula Mendes, diretora de Recursos Humanos do escritório de arquitetura Aflalo e Gasperini, em São Paulo. Segundo ela, a empresa tem 62 funcionários e boas expectativas para 2010. Antes, pagava 1% de imposto sobre o salário de cada empregado. Agora, passa a pagar mais de 2%.

As empresas e entidades estão indo à Justiça contra esse encargo mais pesado e mais complicado.

A reclassificação guarda ainda outros mistérios. De acordo com ela, é menos arriscado desenvolver programas de computador sob encomenda ("risco leve", alíquota 1%) do que desenvolver programas "customizáveis" ("risco médio", 2%). Trabalhar numa holding financeira oferece "risco médio" (2%); numa holding não financeira, "risco grave" (3%). Sintomaticamente, para o governo corre menos risco quem trabalha num sindicato de funcionários (2%) do que num sindicato patronal (3%). "Há distorções nas classificações de diversos setores", afirma Emerson Casali, gerente de relações do trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A segunda mudança imposta pelo governo se deu no cálculo do tributo. Para colocá-la em prática, os magos de Brasília tiraram da cartola a terceira sigla, o FAP. Trata-se de um número calculado pelo Ministério da Previdência para cada empresa individualmente. Ele aumenta ou reduz o tributo, caso a caso - e é usado para premiar ou punir empresas por sua atuação dentro de cada segmento. Nos extremos, pode reduzir a tributação à metade (de 1% para 0,5%) ou multiplicá-la por dois (de 3% para 6%). Em teoria, uma empresa mais segura que as concorrentes, num segmento considerado arriscado, seria beneficiada e pagaria menos. Na prática, há uma alta dose de arbitrariedade - e quase nenhuma transparência - nesse cálculo.

Armadilhas matemáticas no FAP costumam dar um empurrãozinho para cima na cobrança final. Uma primeira armadilha funciona assim: toda empresa que registrar algum acidente ou doença no ano anterior tende a pagar mais. Basta um caso, e não importa o tamanho da companhia. Se mais de uma empresa do mesmo segmento registrar índice zero de doenças e acidentes, elas não recebem o prêmio máximo (redução pela metade). O desconto é reduzido para todas. Para obter o

maior desconto possível, uma empresa precisa ter nível zero de acidentes e doenças e torcer para que suas concorrentes tenham o máximo possível.

As mudanças tornaram o tributo mais pesado para a sociedade e mais difícil de entender para as empresas. "A Previdência não nos informou a metodologia usada para calcular o reajuste", diz Rafael Calvone, presidente do Sinditêxtil, Sindicato das Indústrias Têxteis de São Paulo. O Sinditêxtil obteve na Justiça permissão provisória para não pagar. Até o momento, há pelo menos dez ações em julgamento nas regiões Sul e Sudeste, com seis vitórias para o setor privado na primeira instância.

O governo diz que as mudanças se destinam a incentivar o investimento em segurança, pois, em tese, o tributo é maior para empresas e setores mais perigosos e menor para os mais seguros. O Ministério da Previdência também afirma que, atualmente, 30% dos casos de doenças do trabalho relacionam-se a problemas de mão e pulso, típicos do trabalho de escritório e no computador. Mas ambientes de trabalho mais seguros poderiam ser construídos com medidas mais simples e honestas - como fiscalização e uso eficiente do dinheiro já arrecadado.

Ataque e defesa do aumento

O tributo do Risco de Acidente de Trabalho cobra de 0,5% a 6% sobre os salários. Em teoria, empresas e setores mais arriscados pagam mais

O que diz o governo...

90% foi o aumento de casos de doenças e acidentes de trabalho entre 2002 e 2008(1). Seria preciso incentivar as empresas a reverter o quadr

R\$ 12,3 bilhões foi o gasto do INSS em 2009 com acidentes e doenças do trabalho. Para fechar a conta, seria necessário arrecadar mais

30% das doenças são típicas de escritório. Por isso, setores que não parecem arriscados para o funcionário sofreram aumento

...e o que diz a lógica

Maior carga tributária O governo já drena mais de 35% da riqueza produzida no país. Se usasse o dinheiro de forma mais eficiente, não precisaria arrecadar mais

Punição de quem gera emprego A mudança não afeta a maior parte das microempresas, mas pune as pequenas, médias e grandes, que empregam muito

Falta de transparência As empresas não têm como checar os dados de risco aplicados a elas e a seus setores, que resultaram em mais imposto.

Matéria publicada em 07/02/10 pela Revista Época. Autor: Marcos Coronato, com Thiago Cid e Daniella Cornachione

Focvs Consultoria